

## **MODELO AGROALIMENTAR E A PRODUÇÃO DOS AGROCOMBUSTÍVEIS<sup>1</sup>: *questões e impactos na Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional***

Síntese do Documento Aprovado na Plenária do CONSEA em 29.10.2008

### **1. Crise de alimentos e crise de energia**

O contexto de crise alimentar mundial se viu dominado por uma crise econômica tida como das mais graves da história. Entre suas conseqüências, pode haver restrições ao acesso à alimentação, dificuldades de crédito e ameaças para as políticas sociais. A crise alimentar é sistêmica e questiona componentes do modelo agroalimentar e da agroenergia (monoculturas, mecanização e agroquímicos). Não há como seguir aprofundando o atual padrão de produção agropecuária, bem como é falaciosa a concepção de uma segurança alimentar global assentada na premissa falsa do livre-comércio. Diagnósticos apontam para a necessidade de reduzir o nível de consumo mundial de energia e modificar os padrões em que ele se assenta. No âmbito agroalimentar, significa contrapor-se à tendência de distanciamento entre a produção e o consumo de alimentos.

### **2. Agrocombustíveis e deslocamento da produção de alimentos**

O expressivo crescimento do plantio de cana-de-açúcar no Brasil pode ameaçar a segurança alimentar e nutricional se medidas adequadas não forem implementadas. Há possibilidade de conflitos nos territórios em termos de uso da terra e outros recursos, além das relações de trabalho e dos impactos ambientais. Também há concentração nas culturas de soja, milho e arroz que representam 90% da produção nacional de grãos.

#### **2.1. Impactos sobre a agricultura familiar e agroextrativista**

A principal relação da agricultura familiar com a produção de agrocombustíveis vem sendo construída no âmbito do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), que prevê a implantação de um conjunto de medidas, várias delas carecendo de avaliação, especialmente, quanto à implementação na região Nordeste.

### **3. Investimento Público**

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social é a principal fonte de financiamento que permite a expansão desordenada do setor sucro-alcooleiro no Brasil. Apesar de reconhecer a fragilidade dos sistemas de licenciamento ambiental, o BNDES tem adotado posição formalista e conservadora que, na prática, negligencia os impactos provocados pela indústria da cana e renuncia ao seu dever público de induzir e promover um desenvolvimento sustentável através de metas e parâmetros sociais e ambientais claros a serem respeitados pelas empresas financiadas.

#### **3.1. O trabalho aviltante nos canaviais**

A expansão do cultivo da cana-de-açúcar tem provocado mudanças no mercado de trabalho. O corte manual da cana está baseado em contrato por safra sem seguro-

---

<sup>1</sup> A opção pelo termo “agrocombustível” é deliberada. Tem por objetivo deixar claro que as práticas vigentes do agronegócio para a produção de etanol e diesel a partir de produtos agrícolas não são condizentes com a palavra “bio”, que em grego significa “vida”.

desemprego. Os trabalhadores são escolhidos por critérios de habilidade, destreza, força e resistência física, em face do intenso ritmo de trabalho. Em 20 anos, dobrou-se a produtividade no corte manual.

### 3.2 Os limites do Zoneamento Agroecológico

O Zoneamento Agroecológico da cana-de-açúcar (ZAE) pretende estabelecer em que áreas é possível a expansão da produção, considerando áreas degradadas, restrições sócio-econômicas e ambientais, aptidões de solo, clima e declividade. Esse importante instrumento regulador apresenta os seguintes limites: a) não possui caráter de controle e restrição, sendo apenas indicativo; b) não incorpora uma visão ampla e diversificada da produção de alimentos; c) supõe que áreas agricultáveis disponíveis são “vazios” demográficos ou econômicos; d) não incorpora, aos determinantes geo-ambientais e econômicos, as escolhas de desenvolvimento de cada território ou região; e) não dá conta das questões sociais e ambientais postas pela rápida expansão do setor hegemônico por grandes grupos.

#### Recomendações

- 1) Promover o uso eficiente da energia e a substituição de combustíveis fósseis por energia solar, eólica, biogás e geotérmica.
- 2) Apoiar a agricultura camponesa e familiar em sistemas agroecológicos locais que articulem produção diversificada de alimentos e de energia.
- 3) Aproximar a produção e o consumo de alimentos, valorizando hábitos alimentares regionais, democratizando o acesso à assistência técnica e o financiamento.
- 4) Regular a monocultura, vedando o financiamento público àquelas cuja expansão se dá em áreas de produção de alimentos ou deslocando culturas.
- 5) Adequar a legislação, em caráter de urgência, para regulamentar a restrição da aquisição de terras por pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras.
- 6) Regular/fiscalizar o trabalho assalariado rural para assegurar condições de trabalho e remuneração justas. Fortalecer a demanda dos(as) trabalhadores(as) para se efetivar negociação coletiva nacional para o setor sucro-alcooleiro.
- 7) Estabelecer metas e critérios sócio-ambientais transparentes e mensuráveis, que balizem os financiamentos públicos ao etanol e monitorem os impactos da produção energética.
- 8) Fortalecer os Zoneamentos Econômicos Ecológicos (ZEE) como ferramenta capaz de regular a expansão desordenada de lavouras para geração de energia.
- 9) Realizar ampla avaliação do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, visando compreender seus impactos sobre a agricultura familiar e camponesa.
- 10) Cumprir resolução do Conama, de 1985, que suspende a licença para usinas de álcool nas bacias hidrográficas localizadas no pantanal matogrossense.
- 11) Apoiar PEC 438/2001 que expropria terras onde houver trabalho escravo, que aguarda votação, desde 2004, na Câmara dos Deputados.
- 12) Apoiar PEC 287/00, que fixa limite de propriedade rural no Brasil em 35 módulos fiscais (deliberação da III Conferência Nacional de SAN).
- 13) Promover cooperação SulSul baseada em modelos descentralizados de produção e de consumo de energia, seguindo princípios e diretrizes propostos para o Brasil.